

# O cartório minhoto dos marqueses de Ponte de Lima: da ordem à dispersão a partir do ocaso do Antigo Regime. Contributo para a sua reconstituição<sup>[†]</sup>

*The archive of the marquesses of Ponte de Lima in the Minho region: from order to dispersion from the late Ancien Régime onwards. A contribution toward its reconstruction*

Filipa Lopes<sup>[\*]</sup>

## — *Resumo*

Os viscondes de Vila Nova de Cerveira, elevados a marqueses de Ponte de Lima em 1790, detiveram, pelo menos desde o século XVII, um cartório em Ponte de Lima. Este encontrar-se-ia sediado no paço que possuíam na vila, que foi vendido pelo último titular desta Casa em 1868. Centramos a nossa análise neste cartório, no que foi possível apurar sobre a sua formação, a documentação que continha e como estava organizada. Estudamos como se deu a sua progressiva dispersão, no contexto das transformações ocorridas no final do Antigo Regime, e identificamos documentos ou núcleos documentais que

## — *Abstract*

The viscounts of Vila Nova de Cerveira, who became marquesses of Ponte de Lima in 1790, kept an archival office in Ponte de Lima at least from the seventeenth century onwards. This was most likely located in the town palace that they owned there, which the last marquess sold in 1868. Our analysis centers on this archive and the information which we were able to gather concerning its creation, the records it contained, and its internal arrangement. In an effort to reconstitute this archive, we also examine how it was gradually dispersed within the context of the changes that occurred at the end of the *Ancien Régime*, and

foi possível mapear em arquivos e coleções públicas e privadas, tendo em vista a sua reconstituição.

pinpoint records or documentary nuclei that were mapped and are now located in both public and private collections.

---

**[palavras-chave]** marqueses de Ponte de Lima, viscondes de Vila Nova de Cerveira; arquivo de família; casa nobre

---

**[keywords]** marquesses of Ponte de Lima; viscounts of Vila Nova de Cerveira; family archive; noble house

## Introdução

A partir da década de 1820, a legislação liberal levou ao dismantelamento gradual das instituições do Antigo Regime. Isso resultou em mudanças na paisagem documental criada e mantida pelas instituições pré-modernas. Com a abolição do regime senhorial<sup>[1]</sup> e a extinção dos morgadios e de outros vínculos em 1863<sup>[2]</sup>, muitos “arquivos familiares” foram desativados e a sua documentação começou a dispersar-se, deixando de ter a função organizacional desempenhada durante séculos. Foi o que aconteceu aos documentos produzidos e arquivados pelos viscondes de Vila Nova de Cerveira, elevados a marqueses de Ponte de Lima.

No presente artigo centramos a nossa análise no cartório que estes aristocratas terão conservado, pelo menos desde o século XVII, no paço que detinham na vila de Ponte de Lima. Examinaremos brevemente o que foi possível apurar sobre o seu conteúdo e a sua organização com base num inventário e em algumas listas produzidas entre os séculos XVII e XVIII, assim como delinearemos sinteticamente o contexto que contribuiu para a dispersão que ocorreu a partir do século XIX. A intervenção de eruditos com interesse pela história local, de alfarrabistas e de colecionadores contribuiu para que vários núcleos documentais que pertenceram aos marqueses, e a este cartório em particular, estejam hoje disseminados por uma série de coleções e arquivos públicos e privados que foi possível mapear.

Começamos pela apresentação sucinta dos produtores e detentores do cartório em análise, para, de seguida, o contextualizar brevemente com base nas práticas arquivísticas da Casa à qual pertenceu. A partir das informações presentes sobretudo num inventário elaborado entre 1675 e 1677, descortinamos, depois, que documentação o compunha, e como estava organizada. Numerosos documentos, relacionados com direitos, propriedades e privilégios que os viscondes possuíam, principalmente na região minhota, foram provavelmente preservados neste cartório até o século XIX. Por essa razão, abordamos, em seguida, as vicissitudes que contribuíram para a dispersão documental observada ao longo dessa centúria, devido a “reconfigurações não-organizacionais”<sup>[3]</sup>. Por fim, identificamos alguns núcleos documentais mapeados, integrados em coleções públicas ou privadas, que contêm documentação que terá pertencido a este cartório.

## Os produtores e detentores do cartório limiano: os viscondes de Vila Nova de Cerveira e marqueses de Ponte de Lima

A documentação mais antiga guardada no cartório em análise pertenceu originalmente a Fernão Eanes de Lima, um fidalgo de origem galega que, pelo apoio prestado a D. João I no contexto da crise de 1383–85, conquistou o favor e o reconhecimento régios. Recebeu a jurisdição da terra de Valdevez e o Paço de Giela; foi, ainda, nomeado coudel das terras e julgados de Fraião, Coura, São Martinho, Santo Estêvão, Geraz e Valdevez, sendo-lhe posteriormente dada igualmente a jurisdição destas terras de juro e herdade<sup>[4]</sup>. Assim se iniciou a implantação definitiva deste ramo do grupo parental galego, seguida de uma progressiva ascensão social dos seus descendentes, com a conquista de lugares proeminentes não só a nível local — como foi o caso do cargo de alcaide-mor de Ponte de Lima —, mas também na corte real<sup>[5]</sup>.

Por morte do filho mais velho de Fernão, Álvaro Rodrigues de Lima, foi o seu filho segundo quem sucedeu nos bens da Coroa que lhe haviam sido concedidos de juro e herdade. Este sucessor, Leonel de Lima, que veio a ser o primeiro a receber o título de visconde de Vila Nova de Cerveira em 1476<sup>[6]</sup>, destacou-se pelo suporte militar prestado aos monarcas que se foram sucedendo no decurso da sua longa vida, demonstrando grande capacidade de mobilização dos seus dependentes na região minhota. Revelou ser um excelente estratega, especialmente durante a crise que culminou na batalha de Alfarrobeira<sup>[7]</sup>. Esteve presente na campanha de Tânger de 1437 e na conquista de Alcácer em 1458, e, em Toro, no contexto da guerra de sucessão de Castela após a morte de Henrique IV, apoiou o monarca na defesa dos direitos de sua esposa, D. Joana, e nas suas pretensões ao trono de Castela em 1476<sup>[8]</sup>. Antes de receber o título, comprou casas em Ponte de Lima e ofereceu-as para a construção do castelo da vila. O rei ordenou a sua construção e deu-lhe a alcaidaria-mor de juro e herdade em 1464<sup>[9]</sup>.

O título e bens da Coroa concedidos foram sendo transmitidos ao filho varão primogénito até D. Francisco de Lima, 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Com a morte deste, ocorrida quando se preparava para acompanhar o rei D. Sebastião na sua última jornada a África<sup>[10]</sup>, foi o neto, Lourenço de Brito

Nogueira, quem assegurou a continuidade do título e do património da Casa dos viscondes. Incorporou, assim, na sua Casa os bens da Coroa que haviam estado na posse de seu avô. A partir de 1591, por determinação de D. Filipe I, passou a chamar-se Lourenço de Lima Brito Nogueira<sup>[11]</sup>.

Luís de Brito Nogueira, pai de D. Lourenço, descendia dos grupos parentais Brito e Nogueira. Membros deste último grupo estiveram ligados, pelo menos a partir do século XIII, à oligarquia municipal lisboeta e ao oficialato régio. Constituíram uma linhagem de transmissão de um conjunto de vínculos de administração familiar, tendo o primeiro sido fundado por mestre Pedro no final dessa centúria na igreja de São Lourenço em Lisboa<sup>[12]</sup>. Nos séculos seguintes, os seus membros consolidaram as suas posições na burocracia régia e na alta hierarquia eclesial, tendo um deles chegado a arcebispo de Lisboa<sup>[13]</sup>. A administração do vínculo de São Lourenço e de outros, assim como o apelido Nogueira, passaram para a linhagem dos Britos, que detinha a administração do morgadio de Santo Estêvão de Beja. Este grupo parental também estava em ascensão social, pelo menos desde 1383–85, graças aos serviços prestados aos monarcas da dinastia de Avis<sup>[14]</sup>.

Lourenço de Lima passou a ser o representante do património material e simbólico dos Britos Nogueira e dos Limas, viscondes de vila Nova de Cerveira. A continuidade não ocorreu, porém, sem percalços e negociações. Foi Diogo de Lima, um dos seus filhos mais novos, o sucessor da sua Casa<sup>[15]</sup>; tendo a chefia da Casa sido transmitida, nas gerações seguintes, por linha direita<sup>[16]</sup>. Por uma sucessão feminina, de Maria de Lima, que casou com o filho dos marqueses de Alegrete, Tomás da Silva Teles, a varonia da Casa mudou para Teles da Silva. O filho deste casal, Tomás Xavier de Lima Teles da Silva, foi elevado a 1.º marquês de Ponte de Lima, em 1790<sup>[17]</sup>. Sucederam-lhe na liderança da Casa mais dois marqueses, seu neto e seu bisneto. Foi este último, o 3.º marquês de Ponte de Lima, que vendeu, em 1868, o paço que a família possuía em Ponte de Lima, como veremos.

## **Uma Casa, dois cartórios e outros núcleos documentais**

Não conhecemos referências documentais ao local de armazenamento da documentação da Casa dos Limas, cujos representantes detiveram o título de visconde de Vila Nova de Cerveira, até ao século XVI. Após a sua continui-

dade ter sido assegurada, como mencionámos, pelos representantes da linhagem dos Brito Nogueira, havia documentação que era, por vezes, transferida para o cartório sito na morada ancestral dos Nogueiras, junto à igreja de São Lourenço, em Lisboa<sup>[18]</sup>. Porém, a maioria, relativa às propriedades possuídas ou administradas na região minhota, terá permanecido na região norte.

A primeira referência conhecida a um cartório dos viscondes em Ponte de Lima, que estava fechado num escritório, remonta ao século XVII, como o testemunha um inventário iniciado em 1675<sup>[19]</sup>. Estaria, muito provavelmente, no Paço de Ponte de Lima, que começou a ser construído na década de 60 do século XV nos terrenos que Leonel de Lima havia comprado e oferecido ao monarca para aí se edificar o castelo da vila<sup>[20]</sup>. A construção terá ficado concluída pela década de 30 do século XVI, no tempo do 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>[21]</sup>. No entanto, desconhecemos a data exata em que a documentação dos viscondes terá começado a ser armazenada e organizada nesse paço.

Não encontramos até ao momento evidências documentais que suportem esta hipótese, mas é possível que os Limas tenham guardado os seus pergaminhos mais importantes em Giela, na casa fortificada outorgada, de juro e herdade, a Fernão Eanes de Lima em 1398<sup>[22]</sup>. Se os Lima Brito Nogueira aí depositaram documentação, é possível que se tenha danificado ou perdido no contexto das guerras da Restauração<sup>[23]</sup>, especialmente devido à passagem e ocupação de Giela pelo general espanhol Baltasar de Roxas Pantoja e pelos seus soldados, em 1662<sup>[24]</sup>. Por essa razão, a documentação que se encontrava em 1675 em Ponte de Lima, provavelmente, já lá estava antes deste período conturbado.

A partir do século XVII, a documentação dos viscondes esteve, assim, distribuída por dois cartórios principais: um em Ponte de Lima e o outro em Lisboa, nas moradas que vieram a transformar-se, mais tarde, no Palácio da Rosa. No entanto, é importante ressaltar que existiam outros núcleos documentais que estavam sob a guarda de procuradores e criados dos viscondes, encarregados da administração dos bens e da recolha das suas rendas. Alguns testemunhos desta realidade estão num livro de rendimentos elaborado em 1693 pelo visconde João Fernandes de Lima. O livro menciona, por exemplo, que os papéis que diziam respeito aos foros recolhidos no concelho de São Martinho de Soalhães estavam guardados num saco e se encontravam na posse do abade de Santa Cruz do Douro, Domingos Fernandes de Lima<sup>[25]</sup>. Sabemos

igualmente que, na década anterior à elaboração deste livro, alguns documentos tocantes aos morgadios de Soalhães e de Santa Ana estavam em poder de Nicolau Dias de Miranda, capitão de Mafra e procurador do visconde<sup>[26]</sup>.

A nossa análise não incidirá sobre estes núcleos, nem sobre o cartório de Lisboa. Este último aglutinou documentação de várias linhagens, nomeadamente dos Nogueiras, dos Britos Nogueira, dos Limas (que foi trazida para Lisboa), dos Limas Brito Nogueira, dos Limas Brito Nogueira Teles da Silva, dos Vasconcelos e Meneses, descendentes dos condes de Penela, e de outras linhagens ou Casas que a estas se uniram ao longo do tempo. A história deste cartório é igualmente complexa, existindo testemunhos das várias reorganizações pelas quais passou, bem como do percurso custodial de alguns dos núcleos que se dispersaram<sup>[27]</sup>. A nossa atenção centrar-se-á, neste artigo, apenas no núcleo que se encontrava em Ponte de Lima.

## **Um cartório que servia a manutenção da Casa dos viscondes e o seu domínio na região minhota**

A reconstituição do conteúdo e da organização do cartório de Ponte de Lima apenas pode ser aventada com base no que muito provavelmente é uma cópia do inventário de 1675–1677<sup>[28]</sup> e em algumas listas não datadas e incompletas que terão sido trazidas para o Palácio da Rosa, antes ou após a venda do paço limiano em 1868<sup>[29]</sup>.

Em 1675, Manuel da Guia, abade de São Miguel de Bário, que era responsável pela cobrança de algumas das rendas do visconde Diogo de Lima, foi sucedido nessa função por António Moreira, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e morador de Ponte de Lima. O novo funcionário solicitou a realização de um inventário do que lhe seria entregue, incluindo o conteúdo do cartório que o visconde detinha na vila de Ponte de Lima e que estava sob a tutela do abade<sup>[30]</sup>. Este inventário começou a ser elaborado por um escrivão no paço limiano do visconde, em novembro de 1675. A descrição ia no maço 6.º quando foi interrompida, levando o escrivão a redigir um termo de declaração no qual explicava o motivo: essa interrupção ocorreu porque não se desejava que o original do inventário ficasse em sua posse, mas exclusivamente no cartório

do visconde<sup>[31]</sup>. Uma precaução compreensível, dada a importância desta documentação para a Casa, evitando-se que o acesso ao seu conteúdo saísse do controlo do chefe da Casa e dos seus administradores. O inventário foi apenas informalmente concluído no início de 1677, existindo, porém, acrescentos que foram efetuados durante o viscondado de D. Tomás de Lima, neto de D. Diogo, até pelo menos 1730<sup>[32]</sup>.

Este inventário, posteriormente intitulado *Caderno do cartório de Ponte de Lima* na encadernação em pergaminho que o envolve, descreve 30 maços de documentos, incluindo 10 maços de papéis exclusivos das igrejas do padroado dos viscondes e um maço de papéis extraordinários<sup>[33]</sup>. Os 19 primeiros maços, assim como o maço extraordinário, não pareciam ter uma organização interna perceptível. Continham documentação dos membros da Casa dos Limas, viscondes de Vila Nova de Cerveira, e dos Limas Brito Nogueira, relacionada com propriedades e direitos na região minhota: documentos relativos à aquisição e à gestão fundiária, com vários emprazamentos, róis, tombos, inquirições e algumas escrituras de compra-venda e de escambo; originais ou traslados de confirmações, provisões, alvarás e cartas de privilégio e mercês concedidos pelos monarcas aos chefes da Casa e às suas esposas; requerimentos, ações, sentenças e mandados; forais; breves e bulas papais com privilégios; registos de dívidas, quitações e contas; documentação da capela fundada por D. Teresa da Silva, esposa de Fernão Eanes de Lima, e com alguns testamentos, escrituras de dote e de partilhas, sobretudo de membros da Casa dos Limas.

Entre a documentação presente no cartório mereceu destaque, na organização e na inventariação, aquela que dizia respeito às igrejas do padroado dos viscondes, não apenas por ser numerosa, mas também pela sua importância. Foi organizada em 10 maços com uma numeração distinta daquela que foi atribuída aos restantes maços do cartório. Estes continham doações, posses, anexações, apresentações, escrituras de pensão, renúncias, sentenças, documentos papais, entre outros documentos relativos a esses padroados. Os que lhes estavam associados foram fundamentais para a manutenção da rede clientelar dos viscondes, depois elevados a marqueses de Ponte de Lima<sup>[34]</sup>. A maioria foi adquirida antes de 1520, durante o viscondado de D. Francisco de Lima, 3.º representante do título<sup>[35]</sup>. Foram transmitidos aos seus sucessores e vinculados por D. Lourenço de Lima à “casa de Giela e Viscondado” em

1635<sup>[36]</sup>. A prova destes direitos e o controlo da sua informação eram cruciais num contexto de grande competição com outros poderes locais, nomeadamente com a arquidiocese bracarense, pelo domínio dos mesmos espaços e homens. Por essa razão, terão sido criados instrumentos específicos para a recuperação da informação que alguma desta documentação continha. Referimo-nos ao “Livro das doações dos padroados de igrejas da comarca de Valença, concelhos de Coura e Valdevez”<sup>[37]</sup> e a um pecúlio, produzido no século XVII, que funcionava como um índice que permitia encontrar de forma mais rápida informação sobre as doações e as suas confirmações no livro<sup>[38]</sup>.

Embora tenham sobrevivido mais duas listas parciais não datadas dos documentos deste cartório, talvez só uma delas possa ser considerada anterior ao *Caderno do cartório* de 1675–77<sup>[39]</sup>. Essa lista descreve somente 7 maços, com aproximadamente 340 documentos ou títulos, enquanto o *Caderno* descreve um número muito maior, sendo listados mais de 400 documentos ou títulos apenas nos primeiros 19 maços. Além do menor número de documentos listados, observamos que a organização interna dos maços difere, embora não tenhamos identificado uma ordem perceptível. É possível que esta organização corresponda a uma estrutura anterior do cartório ou a uma listagem parcial de documentos a serem entregues ou transferidos num contexto que desconhecemos. Destacamos apenas alguns documentos relativos às igrejas estavam agrupados nos maços 5.º e 7.º. Antes de 1675, esses e outros atos escritos foram sido integrados nos 10 maços dos papéis tocantes aos seus padroados, inventariados no *Caderno do cartório de Ponte de Lima*.

A outra lista, parcial e não datada, é um bifólio que menciona o conteúdo do maço 9.º, cataloga o maço 10.º e parte do 11.º. Tratar-se-iam de descrições que estavam em falta no *Caderno* de 1675–77, por uma das suas folhas ter sido rasgada<sup>[40]</sup>. Portanto, é posterior a este inventário e provavelmente foi redigida no início do século XVIII<sup>[41]</sup>.

Grande parte da documentação arrolada no século XVII ter-se-á conservado até ao século XIX. Porém, a ausência de mais inventariações conhecidas deixa-nos com mais dúvidas do que certezas sobre o conteúdo e a organização deste acervo ao longo da centúria de Oitocentos. Após 1782<sup>[42]</sup>, foi catalogado um “maço de papéis pertencentes à Casa do Minho”, sumariando 28 documentos relativos a mercês do título de visconde e a privilégios em terras

minhotas, a maioria produzida no século XVIII<sup>[43]</sup>. Cremos, contudo, que se tratavam de papéis que estavam no cartório de Lisboa, embora se referissem às propriedades e direitos detidos na região do Minho<sup>44</sup>.

O *Caderno do cartório* de 1675–77 permanece, assim, como a principal fonte para a compreensão do conteúdo e organização da documentação que esteve no cartório limiano. A indicação do maço, aposta nos documentos durante ou antes dessa inventariação, em como os sumários, que já constavam da parte de trás de algumas escrituras, e que foram vertidos neste *Caderno* são essenciais para uma possível reconstituição do que pertenceu a este cartório e que hoje se encontra disseminado por outros arquivos e coleções. Ocupar-nos-emos, de seguida, do contexto que favoreceu esta dispersão.

## **Compreendendo o contexto da dispersão do cartório**

Os arquivos não eram nem são realidades estáticas<sup>[45]</sup>. Nos “arquivos de família” do Antigo Regime eram constantes as saídas e as entradas de documentação concernente a propriedades, vínculos, direitos e privilégios. Estas dinâmicas acompanharam e contribuíram para sustentar o funcionamento das organizações produtoras. Assim, as saídas documentais ocorridas antes do século XIX deveram-se, maioritariamente, a lógicas que poderíamos classificar de “organizacionais”, relacionadas com a gestão e a transmissão dos bens dos grupos parentais e das Casas. Já aquelas que tiveram lugar no pós-revolução liberal resultaram de reconfigurações que Maria de Lurdes Rosa designou como “não-organizacionais”<sup>[46]</sup>.

A legislação liberal, que aboliu direitos senhoriais e vínculos, desencadeou a transformação progressiva das instituições familiares e da sua relação com a propriedade e com a documentação que lhe estava associada. Este contexto teve um grande impacto na dispersão do cartório, em especial pelas decisões e pelo percurso de vida dos dois últimos marqueses de Ponte de Lima.

Os primeiros anos do marquesado de D. Tomás José Xavier de Lima Brito Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, segundo representante do título, foram agitados. Pouco tempo depois de se ter envolvido na conspiração de Mafra ou do Alfeite, preparada para retirar a regência a D. João<sup>[47]</sup>, saiu do reino, em 1808,

e integrou a primeira divisão da Legião Portuguesa, organizada por Junot, para servir o exército imperial de Napoleão. Contudo, em 1811, desertou antes de o exército dirigido por Massena invadir Portugal. Foi preso e, embora absolvido por uma sentença de dezembro de 1811, teve de se recolher em Aveiro, depois em Leiria e, finalmente, a partir de finais de 1815, numa fazenda junto a Alenquer<sup>[48]</sup>. O seu sucessor, o 3.º marquês, sendo apoiante da facção liberal, saiu do reino em 1828, exilando-se em Inglaterra, de onde depois partiu para a ilha Terceira, vindo mais tarde a tomar parte no desembarque no Mindelo em 1832<sup>[49]</sup>. No período em que esteve ausente, os seus bens foram confiscados<sup>[50]</sup> e arrendados em hasta pública, como o comprovam várias notícias na *Gazeta de Lisboa*, publicadas entre 1829 e 1830<sup>[51]</sup>, e os processos existentes nos *Feitos Findos*<sup>[52]</sup>.

Estes períodos de ausência do reino não terão favorecido uma boa gestão da Casa e os confiscos de que foi alvo podem ter envolvido a entrega de documentação de gestão corrente das propriedades que talvez não tenha retornado integralmente ao cartório ou às mãos dos criados que auxiliavam na administração destes bens.

O último marquês deixou ainda os seus palácios, nomeadamente o de Ponte de Lima, caírem em ruína<sup>[53]</sup>. Para este abandono terá contribuído a situação de endividamento da Casa, agudizada pela quebra de rendimentos verificada após a abolição dos direitos senhoriais e dos vínculos<sup>[54]</sup>. No final da década de 1860, a solução foi vender foros e propriedades.

Os foros, quinta e Paço de Giela, com as propriedades anexas, foram vendidos a 15 de janeiro de 1868 a Narciso Marçal Durães Faria, morador na Casa da Cêpa (Arcos de Valdevez), para pagar a dívida à firma Francisco de Sá & Irmãos<sup>[55]</sup>. Os restantes bens do “morgadio do Minho” foram vendidos no mesmo dia a Augusto de Moraes para o pagamento da dívida ao mesmo credor e o levantamento da penhora<sup>[56]</sup>.

Com as propriedades sitas em Giela foram entregues aos novos donos, membros da Casa da Cêpa, vários documentos relativos às mesmas. Uma parte ou a totalidade dessa documentação conserva-se ainda hoje na posse dos descendentes de Narciso Faria. Esta não terá acompanhado todas as divisões e mudanças de propriedade do Paço de Giela<sup>[57]</sup>, mas permanecido na Casa da Cêpa, atualmente na posse de Adriano Vasconcelos Faria, sobrinho-bisneto de Narciso Faria, e de sua esposa Filomena Faria.

Após estas vendas, uma parte da documentação pode ter vindo para o cartório de Lisboa, mas outra ter-se-á conservado no Paço de Ponte de Lima. Há indícios de que aquela que permaneceu foi manuseada e estudada por eruditos locais como Miguel de Roque dos Reis Lemos (1831–1897)<sup>[58]</sup>. Pelos inícios do século XX, alguns documentos deste arquivo começaram a aparecer no circuito leiloeiro, sendo adquiridos por letrados como Leite de Vasconcelos (1858–1941)<sup>[59]</sup>.

O que restou deste cartório no paço limiano acabou por ser oferecido ao médico e bibliófilo minhoto Manuel de Oliveira (1877–1918)<sup>[60]</sup>. Em 1909, este dizia-se na sua posse<sup>[61]</sup>. Recebeu-o certamente das mãos das irmãs do último possuidor do paço, antes da passagem da propriedade do edifício para a Santa Casa da Misericórdia da vila<sup>[62]</sup>.

Neste contexto, ocorreu uma mudança significativa na função desta documentação. Anteriormente, a sua importância era essencialmente organizacional para a Casa do marquês de Ponte de Lima. Posteriormente, passou a ser valorizada pelo seu significado histórico e cultural, bem como pelo seu valor monetário. A compreensão desta transformação é crucial para compreendermos a formação dos diversos núcleos que resultaram desta fragmentação.

## **A reconstituição do cartório: uma tarefa impossível?**

Reconstituir o que existiu no cartório de Ponte de Lima durante o século XIX, quando ainda desempenhava uma função organizacional para os marqueses de Ponte de Lima, é uma tarefa quase impossível. Além de o arquivo não ser uma estrutura estática, estando em constante transformação, temos de considerar que, até ao momento, não foram encontrados inventários do cartório que datem desta centúria. É plausível deduzir que muita da documentação listada no inventário de 1675–77 aí tenha permanecido até à venda do paço e de outras propriedades situadas no Minho. Com base neste pressuposto, podemos tentar uma aproximação ao que teria sido o seu conteúdo entre os séculos XVII e XIX.

O *Caderno* do cartório apresenta algumas limitações para essa reconstituição. Contém sumários geralmente curtos, a maioria sem data e sem a referên-

cia ao produtor dos documentos. No entanto, como foi mencionado, é possível buscar uma correspondência entre o número do maço inscrito nas escrituras mapeadas e o que consta do inventário, assim como entre o conteúdo dos documentos e/ou a sinopse aposta no seu verso e os sumários introduzidos nesta lista de 1675–77. Em alguns casos, a referência ao suporte dos atos escritos (papel ou pergaminho) no inventário também ajudou nessa identificação.

Realizando estas comparações, foi-nos possível avançar no mapeamento de alguns núcleos. Chegamos à conclusão que os herdeiros do latinista Miguel Lemos estiveram na posse de, pelo menos, dois pergaminhos deste cartório: o testamento original de D. Teresa da Silva e a carta de venda e instrumento de posse da Quinta da Silva de D. Leonel de Lima. O primeiro documento pertencia-lhes quando Luís Figueiredo da Guerra o publicou em 1907<sup>[63]</sup>. Mais tarde, por doação, compra ou empréstimo, acabou por ficar com este historiador vianense, estando hoje entre o que restou do seu arquivo pessoal, depositado no Arquivo Municipal de Viana do Castelo<sup>[64]</sup>. O outro documento terá estado nas mãos do neto de Miguel Lemos, o investigador Júlio dos Reis Lemos (1878–1960), que legou parte da sua biblioteca particular, em 1953, ao Liceu Nacional de Viana do Castelo<sup>[65]</sup> — hoje Escola Secundária de Santa Maria Maior —, e, entre os livros, estava esta carta de venda, que pertenceu aos viscondes de Vila Nova de Cerveira<sup>[66]</sup>, e outros pergaminhos sem relação aparente com estes titulares<sup>[67]</sup>.

No Arquivo Distrital de Braga estão depositadas várias escrituras que estiveram neste cartório e que terão feito parte da coleção que pertenceu ao supracitado Manuel de Oliveira<sup>[68]</sup>. Também o etnógrafo Leite de Vasconcelos adquiriu documentos que pertenceram aos viscondes de Vila Nova de Cerveira que estão atualmente na coleção de manuscritos da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia<sup>[69]</sup>. Fizeram igualmente parte do cartório de Ponte de Lima: um pergaminho hoje depositado no Arquivo Municipal de Ponte de Lima que foi adquirido a um alfarrabista local<sup>[70]</sup>; um livro comprado por Jorge de Brito e Abreu há mais de trinta anos também a um alfarrabista<sup>[71]</sup>; e outro que pertenceu ao “núcleo do Monsenhor Santos Farinha” e se encontra na coleção de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra<sup>[72]</sup>.

O Eng.º Luís de Vasconcellos e Souza, descendente dos marqueses, possui uma parte significativa da documentação que se crê ter estado no Palácio da Rosa. No entanto, este acervo contém também algumas escrituras que estiveram

anteriormente depositadas em Ponte de Lima<sup>[73]</sup>, incluindo o próprio *Caderno do cartório*. Alguma pode ter sido transportada para o cartório lisboeta após a venda do paço limiano. Porém, os vestígios até agora encontrados reforçam a ideia de que a documentação circulava, com frequência, conforme as necessidades do momento, tanto os cartórios da Casa como pelas mãos dos seus criados.

Quanto aos manuscritos presentes no arquivo da Casa da Cêpa, a maioria data de um período posterior à inventariação de 1675–77. Aqueles que são anteriores possuem cotas para as quais não foi ainda possível encontrar correspondência. É muito provável que estes também tenham sido depositados, a dado momento, no cartório limiano, porém, a investigação sobre este acervo ainda precisa de ser aprofundada.

Compreender a dispersão da documentação e o seu percurso custodial até aos nossos dias é fundamental para analisar a quebra dos vínculos orgânicos entre os documentos e a instituição que os produziu e acumulou. Neste contexto, existem ainda caminhos em aberto para explorar a história da dispersão do cartório de Ponte de Lima, mapear mais núcleos dispersos ou traçar uma história custodial mais consistente de alguns acervos já mencionados, como o do Arquivo Distrital de Braga, o de Júlio de Lemos ou o do Monsenhor Santos Farinha. Uma via para aprofundar o conhecimento de alguns destes tópicos pode ser o exame de correspondência sobrevivente trocada entre alguns dos eruditos locais que foram detentores de documentação dos viscondes a partir dos finais do século XIX ou dos inícios do século XX, bem como uma análise sistemática das suas publicações<sup>[74]</sup>. Assim, pode ser possível restabelecer e avaliar as referidas relações entre acervos atuais e o arquivo organizacional que, outrora, serviu as necessidades do grupo familiar ou dos membros da Casa, exercendo uma função sociogenética, que assegurava a sua sobrevivência enquanto grupo e solidificava uma identidade e memória comuns<sup>[75]</sup>.

## Notas finais

Os resultados obtidos até o momento são fruto de uma investigação de doutoramento que não se cingiu ao cartório agora em exame, mas que procurou reconstituir e analisar o arquivo organizacional dos viscondes no seu todo

até ao século XVII<sup>[76]</sup>. Neste momento, a documentação relativa aos membros da Casa dos Limas, que já foi mapeada, está contextualizada e descrita na aplicação *AtoM* do Doutoramento em Arquivística Histórica<sup>[77]</sup>; um labor que esperamos poder continuar para as gerações seguintes dos Lima Brito Nogueira.

Tratou-se de um mapeamento moroso que implicou o acesso a acervos privados e a documentação que, mesmo depositada em instituições públicas, nem sempre estava descrita, encontrando-se muitas vezes caldeada com outra e/ou organizada segundo critérios que obscureciam os contextos originários da sua produção e a sua ligação orgânica ao arquivo organizacional do qual se dispersaram. O percurso até agora trilhado não teria sido possível sem a valiosa contribuição de muitos investigadores (historiadores e arquivistas), que, com o seu espírito de partilha e de entreatada, nos foram facultando informações, assim como de proprietários privados que nos autorizaram o acesso aos seus acervos<sup>[78]</sup>.

Por último, é importante salientar que o acesso a muitos conjuntos documentais, que resultaram da desativação e/ou dispersão de “arquivos familiares” pré-modernos, está dependente da colaboração de colecionadores e de proprietários de arquivos privados. Estes têm uma responsabilidade significativa<sup>[79]</sup> no contributo que podem dar para a reconstituição das paisagens informacionais e documentais pré-modernas<sup>[80]</sup>, acolhendo os investigadores em suas casas ou cedendo-lhes o acesso aos seus papéis.

---

[7] O presente texto é o resultado duma conferência proferida no colóquio *VINCULUM Project Day*, realizado a 8 de Julho de 2023 no auditório dos Paços do Concelho de Ponte de Lima.

[8] IEM, CHAM — NOVA FCSH.

[1] Mário Reis Marques, “Estruturas jurídicas”, in *O Liberalismo (1807–1890)*, coord. Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, pp. 167-168. Nuno Gonçalo Monteiro, “Revolução liberal e regime senhorial: a ‘questão dos forais’ na conjuntura vintista”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 23, 1987, pp. 143-182.

[2] Judite Maria Nunes Esteves, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa, dissertação de doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008; Maria de Fátima Coelho, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, in *Análise Social*, vol. 16, n.º 61-62, 1980, pp. 111-131.

[3] Maria de Lurdes Rosa, “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna.

Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 30, 2017, pp. 547-586: 576.

[4] Cartas de privilégio e de confirmação publicadas em *Valdevez medieval. Documentos. II. Arquivos de Lisboa 1300–1479*, ed. Amélia Aguiar Andrade, Luís Krus, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2001, vol. 2, pp. 116-121, 127-128.

[5] Sobre o grupo parental dos Limas e este ramo em particular, veja-se: José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI)”, in *Paço de Giela: história de um monumento*, ed. Mário Jorge Barroca e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15-65.

[6] ANTT, *Místicos*, liv. 2, fl. 59<sup>v</sup>. Documento integralmente transcrito em Sottomayor-Pizarro, “A família Lima...”, pp. 53-55.

[7] Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, [ed. do autor], 1973, p. 834.

[8] Sobre Leonel de Lima, veja-se: Sottomayor-Pizarro, “A família Lima...”, pp. 47-55; *id.*, “D. Leonel de Lima”, in *Figuras limianas*, coord. João Gomes de Abreu, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 34-36; Luís Miguel Duarte, “Leonel de Lima: o bando e o barco”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 1, n.º 31, 1996, pp. 371-392; Humberto Baquero Moreno, “Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1981, pp. 259-274; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, vol. 3, pp. 79-80.

[9] ADB, VVNC, n.º 5.

[10] ADB, VVNC, n.º 59, fl. 26.

[11] VNC, cx. 12, n.º 6, fl. 3.

[12] Sobre os Nogueiras e os vínculos que fundaram e/ou administraram, veja-se: Mário Farelo, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os ‘Nogueiras’”, in *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes, Lisboa: Livros Hori-

zonte, 2007, pp. 145-168; *id.*, “Os morgados dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental”, in *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, pp. 185-204; Gonçalves Melo da Silva, *Espiritualidade e poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus patronos (1298–1515)*, Lisboa, dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 85-116.

[13] Referimo-nos a Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa entre 1460 e 1464. Sobre este prelado, consulte-se: Gonçalves Melo da Silva, “Afonso Nogueira (1460–1464)”, in *Bispos e arcebispos de Lisboa*, coord. João Luís Inglês Fontes e António Camões Gouveia, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, pp. 531-541; *id.*, “Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399–1464)”, in *Lusitania Sacra*, vol. 33, n.º 1, 2016, pp. 161-202.

[14] Silva, *Espiritualidade e poder...*, pp. 115-125; Filipa da Silva Lopes, *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV–XVII)*, Lisboa, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e École Nationale des Chartes, 2023, cap. 11.

[15] *Ead.*, *História(s) de uma Casa...*, cap. 12.

[16] Note-se que Manuel de Lima, o filho mais velho do visconde D. Diogo de Lima, faleceu, em 1662 (BA, 51–VIII–44, fl. 599) e o seu filho segundo, Lourenço de Lima, fez o registo do título na primeira vida, mas faleceu em 1666. A João Fernandes de Lima, o terceiro filho, foi dada a mercê do título em dias de sua vida e na segunda vida das três concedidas, podendo daí em diante ser chamado de visconde de Vila Nova de Cerveira, com honras de conde, tal como seu pai, avô e irmão (ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 21, fl. 218).

[17] A 17 de Dezembro, embora a carta que concedia o título de juro e herdade só tenha sido passada a 14 de Abril de 1795 (Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*,

2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, vol. 3, p. 92; ANTT, Chancelaria de D. Maria I, liv. 47, fl. 276<sup>v</sup>-277).

[18] Veja-se a título ilustrativo a lista de documentos levados para Lisboa em VNC, cx. 37, n.º 9, fls. 8<sup>v</sup>-9.

[19] “Hum escriptorio, em que está fechado o cartório”, referido em VNC, cx. 14, n.º 9, fl. 30<sup>v</sup>.

[20] A ordem de construção e a nomeação de Leonel de Lima como alcaide-mor da vila é de Abril de 1464 (ADB, VVNC, n.º 5). Dois anos depois, em 1466, D. Afonso V ordenou que todas as terras ao redor de Ponte de Lima contribuíassem para a construção do castelo da vila (VNC, cx. 13, n.º 17), o que demonstra que a sua edificação estava em curso.

[21] Maria Amélia Paiva, “A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista”, in 2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 565-585: 577-578.

[22] VNC, cx. 12, n.º 7.

[23] Armando Malheiro da Silva e Luís Pimenta de Castro Damásio, “Casas nobres (no Distrito de Viana do Castelo)”, in *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*, ed. José Viriato Capela, Braga, Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, 2005, pp. [55]-[58]: [56].

[24] BA, 51-VIII-44, fl. 627; Armando Malheiro da Silva, Luís Pimenta de Castro Damásio e José Queiroga Fernandes, *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcaica*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 1996, vol. 4, p. 32; José Cândido Gomes, *As terras de Valdovês: memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*, Arcos de Valdevez, Typ. Lusitana, 1899, vol. 1, pp. 128-133.

[25] VNC, cx. 20, n.º 1, fl. 167<sup>v</sup>.

[26] D. João Fernandes de Lima ordenou que fossem entregues ao P.º Domingos de Lima, tendo-se realizado uma memória das escrituras que foram transferidas (VNC, cx. 29, n.º 4).

[27] Sobre essa análise e reconstituição, vd. Lopes, *História(s) de uma Casa...*, subcap. 5.2 e 6.2.

[28] O ano que consta da capa em pergaminho é o de 1675. Porém, a uniformidade da letra, incluindo nos acrescentos feitos até ao século XVIII, leva-nos a colocar a hipótese de estarmos perante uma cópia e não do original que começou por ser redigido, em 1675, pelo escrivão Manuel de Aguiar Sotto (VNC, cx. 14, n.º 19, fl. 1).

[29] Documentos que atualmente se encontram no acervo que está na posse do Eng.º Luís de Vasconcellos e Souza.

[30] VNC, cx. 14, n.º 19, fl. 1.

[31] VNC, cx. 14, n.º 19, fls. 5<sup>v</sup>-6.

[32] VNC, cx. 14, n.º 19, fls. 32<sup>v</sup>-33.

[33] Sobre este inventário, veja-se igualmente: Maria de Lurdes Rosa, “[Inventário dos documentos do cartório de Ponte de Lima]”, in *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*, ed. Maria de Lurdes Rosa e Randolph C. Head, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2015, pp. 122-123, assim como a descrição em português disponível online em <https://inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/inventario-dos-documentos-do-cartorio-de-ponte-de-lima> [consultado a 30/12/2023].

[34] Note-se que os padroeiros destas instituições tinham direito de apresentação, escolhendo o pároco ou beneficiado de determinada função e respetivo rendimento quando o lugar ficava vago. Sobre a importância dos padroados na manutenção da rede clientelar de outras Casas nobres e na atração de indivíduos de esferas de poder próximas, veja-se, por exemplo: Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 334-359; Hélder Carvalhal, “Património, casa e patrocínio: uma aproximação ao senhorio do infante D. Fernando (1530-1534)”, in *Fragmenta Historica*, n.º 2, 2014, pp. 39-67: 59-60.

[35] Manuel António Fernandes Moreira, “Dom Francisco de Lima e o padroado das igrejas do Alto Minho”, in *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural do G.E.P.A.*, n.º 9, 1986, pp. 9-51; Lopes, *História(s) de uma Casa...*, subcap. 10.3.

[36] VNC, cx. 29, n.º 1.

[37] VNC, cx. 15, n.º 1.

[38] VNC, cx. 12, n.º 20.

[39] VNC, cx. 37, n.º 9. Note-se, no entanto, que os sumários relativos ao maço 7.º e um arrolamento de papéis que foram para Lisboa parecem ter sido acrescentados por uma outra mão.

[40] VNC, cx. 14, n.º 36. Na plataforma DigitArq, é-lhe atribuída, sem fundamentação, a data de 6/7/1633; *vd.* <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4374891> [consultado a 12/30/2023].

[41] A letra assemelha-se à de alguns trechos de um inventário do cartório de Lisboa e relato histórico-genealógico ao qual se deu o nome *Relação de todos os papéis [...] que se acham no arquivo do excelentíssimo senhor D. Tomás de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira* (VNC, cx. 2, n.ºs 9, 10).

[42] Ano do último documento listado.

[43] VNC, cx. 12, n.º 18.

[44] Como a letra é muito semelhante à de quem redigiu um inventário do cartório de Lisboa em 1819, talvez estes documentos tenham sido recenseados no mesmo período.

[45] Eric Ketelaar, “Foreword”, in *Archives & Information in the Early Modern World*, ed. Liesbeth Corens, Kate Peters e Alexandra Walsham, Oxford, Oxford University Press, 2018, pp. xv–xviii.

[46] Rosa, “Reconstruindo a produção...”, p. 576.

[47] Sobre esta conspiração e sobre a participação do marquês de Ponte de Lima, *vd.* Ana Canas Delgado Martins, “D. João VI”, in *História dos reis de Portugal*, Matosinhos, Quid Novi, 2011, vol. 2, pp. 467–500; Jorge Miguel Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI: o clemente*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, pp. 141–150.

[48] Ribeiro Arthur, *A legião portuguesa ao serviço de Napoleão (1808–1813)*, Lisboa, Ferin, 1901, pp. 3, 8–11, 44–50; “Ponte de Lima (marqueses de)”, in *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*, coord. Afonso Zúquete, Lisboa, Zairol, 1989, vol. 3, pp. 161–163: 162.

[49] Pedro Eurico, *Figuras do passado*, Lisboa, Editora José Bastos, 1915, pp. 6–7; “Ponte de Lima (marqueses de)”..., p. 162.

[50] O marquês de Palmela, numa carta de 6 de Setembro de 1828, registou que durante o mês de Agosto decorreu o sequestro dos bens daqueles que haviam participado na insurreição de Maio desse ano e dos que saíram de Portugal sem licença, como havia sido o caso do marquês de Ponte de Lima (*Documentos para a história das cortes geraes da nação portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, vol. 5, p. 247).

[51] A administração dos bens de que era donatário foi entregue ao Juízo do Fisco dos Ausentes do Reino que mandou publicar anúncios do arrendamento em hasta pública, entre 1929 e 1930, dos direitos e foros da vila de Mafra, dos foros de Lisboa, dos foros na vila de Arruda dos Vinhos, dos foros e pensões da casa do Minho, do quinto e portagem na vila de Ponte de Lima, da quinta do Paço de Giela, com montes e campos anexos, no termo de Arcos de Valdevez, e o arrendamento judicial de propriedades no termo de Ponte de Lima (*Gazeta de Lisboa*, n.º 197, 21/8/1829, p. [4]; n.º 221, 18/9/1829, p. [4]; n.º 262, 5/11/1829, [4]; n.º 297, 16/12/1829, [4]; n.º 6, 7/11/1830, p. [4]; n.º 293, 11/12/1830, [4]; n.º 299, de 18/12/1830, p. [3]).

[52] ANTT, Feitos Findos, Real Fisco da Inconfidência e dos Ausentes, Casa de Ponte de Lima, cx. 478, mç. 1; cx. 479, mç. 2; cx. 480, mç. 3.

[53] “O marquês de Ponte do Lima”, in *O Echo do Lima*, ano 12, n.º 1148, 30/12/1877, p. 1; Pedro Eurico, *Figuras...*, pp. 11–12; Armando Malheiro da Silva *et al.*, *Casas armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2019, vol. 7, p. 94. Na escritura de venda do Paço de Ponte de Lima é feita referência ao seu estado avançado de ruína; veja-se a transcrição no apêndice IX, doc. 3, *ibid.*, p. 658

[54] *Ibid.*, p. 94.

[55] Venda transcrita *ibid.*, vol. 7, pp. 660–662.

[56] Foram-lhe vendidos os bens rústicos e urbanos, rendas, foros, censos, pensões e direitos que pertenciam ao antigo morgadio do Minho, exceto os que formavam a quinta e Paço de Giela. Excluiu-se igualmente da venda os bens que constituíram o morgadio de

Soalhães, no distrito do Porto. Venda transcrita *ibid.*, pp. 657–660.

[57] Sobre a transição da propriedade da antiga quinta e Paço de Giela, *vd. ibid.*, vol. 7, pp. 95–145.

[58] Referiu com frequência a documentação deste cartório na suas publicações, veja-se na coletânea: Miguel Roque dos Reis Lemos, *Anais municipais de Ponte de Lima*, 3.ª ed., Ponte de Lima, Rotary Clube de Ponte de Lima, 2003.

[59] Sobre a aquisição de dois pergaminhos em 1908, veja-se o livro de entradas do Museu Nacional de Arqueologia com os números de inventário E1791 e E1792; “Acquisições do Museu Ethnológico Português”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 15, 1910, pp. 233-247: 246.

[60] Abel Rodrigues, “Manuel de Oliveira”, in *Figuras limianas...*, pp. 314–315.

[61] Manuel Oliveira, “Pro veritate...”, in *Almanaque Ilustrado de ‘O Comércio do Lima’*, n.º 3, 1909, p. 257-262: 257.

[62] Lopes, *História(s) de uma Casa...*, subcap. 5.1.

[63] Luís Figueiredo da Guerra, “Fernão Anes de Lima”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 5, 1907, pp. 266-271: 266.

[64] AMVC, LFG, 65230D.

[65] Artur Anselmo, “Júlio de Lemos”, in *Figuras limianas...*, pp. 318–319.

[66] O que se confirma pela cota presente no verso (“maço 7.º”), que corresponde à do inventário (VNC, cx. 14, n.º 9, fl. 7).

[67] Como não estão arquivisticamente tratados, para os consultarmos contámos com o auxílio da professora-bibliotecária Cláudia Santos e a autorização do Sr. Diretor da ESS-MM, a quem muito agradecemos.

[68] Sobre esta hipótese, *vd. Lopes, História(s) de uma Casa...*, subcap. 5.1. Sobre o “Fundo Barca-Oliveira” e a sua integração no ADB, *vd. Abel Rodrigues, Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 2007, pp. 27-37.

[69] BMNARQ, Ms/P/DIV, cx. 9, n.º 338 e cx. 11, n.º 397, adquiridos em 1908 (*vd. nota*

*supra*), e listados no *Caderno* (maços 2.º e 8.º respetivamente, em VNC, cx. 14, n.º 9, fls. 2, 8). Em data desconhecida, adquiriu ainda duas cartas do visconde Tomás Xavier de Lima Teles da Silva (1727-1800), produzidos já depois da inventariação de 1675: Ms/Pp/DIV., cx. 14, n.ºs 803, 806.

[70] AMPL, VVNC, 001. Estaria no maço 17.º e encontra-se sumariado em VNC, cx. 14, n.º 9, fl. 17.

[71] Estaria no maço 18.º e será um dos livros sumariados em VNC, cx. 14, n.º 9, fls. 17º-18.

[72] BGUC, Mss. 2970. Estaria no maço 18.º e está sumariado em VNC, cx. 14, n.º 9, fl. 18. Sobre a sua pertença ao acervo do Monsenhor Santos Farinha, veja-se: *Catálogo de Manuscritos: códices 2950 a 3000*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1964, p. 70.

[73] É, por exemplo, o caso das escrituras em VNC, cx. 4, n.º 6; cx. 12, n.ºs 2, 5, 10, 11, 14, 19; cx. 13, n.ºs 12, 17, 18, 19, 20, 30, 31, 29; cx. 14, n.ºs 6, 7; cx. 15, n.º 1; cx. 16, n.º 87; cx. 54, n.ºs 79, 80; cx. 59, n.º 63.

[74] Cultores da historiografia local como Luís Figueiredo da Guerra, P.º Cunha Brito, Félix Alves Pereira, António de Magalhães, Júlio de Lemos, entre outros, mantinham contactos frequentes, correspondiam-se, colaboraram juntos em obras e em publicações locais como, por exemplo, o *Almanaque de Ponte de Lima ou O Commercio do Lima*.

[75] Joseph Morsel, “En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIII<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle*, ed. Philippe Contamine, Laurent Vissière, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 9-34: 17.

[76] Apresentada em Lopes, *História(s) de uma Casa...*

[77] Plataforma da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, estando a descrição do Subsistema Lima disponível *online* em: <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima> [consultado a 30/12/2023].

[78] Agradecemos a vários historiadores, arquivistas e proprietários de arquivos e coleções privadas: João Carlos Gachineiro, Pedro

Pinto, Maria de Lurdes Rosa, Raquel de Oliveira Martins, Abel Rodrigues, Alice Gago, Margarida Leme, funcionários do ADB, do AMPL, do AMVCT, da BGUC e da BMPTL, Luís de Vasconcellos e Souza, Jorge de Brito e Abreu, Adriano Vasconcelos Faria e sua esposa Filomena Faria.

[79] Comunicação do Eng.º Pinto da França, último proprietário do Arquivo Gama Lobo Salema, em Rita Luís Sampaio da Nóvoa, O

*Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Lisboa, dissertação de doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016, pp. 357-360.

[80] Expressão em Rosa, “Reconstruindo a produção, documentalização...”, pp. 547-586.

---

### **Abreviaturas utilizadas**

ADB – Arquivo Distrital de Braga  
AMPL – Arquivo Municipal de Ponte de Lima  
AMVCT – Arquivo Municipal de Viana do Castelo  
ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo  
BA – Biblioteca da Ajuda  
BGUC – Biblioteca Geral de Universidade de Coimbra  
BMNARQ – Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia  
BMPL – Biblioteca Municipal de Ponte de Lima  
ESSMM – Escola Secundária de Santa Maria Maior  
FG – [Fundo] Figueiredo da Guerra  
VNC – Viscondes de Vila Nova de Cerveira [e Marqueses de Ponte de Lima], arquivo privado na posse do Eng.º Luís de Vasconcellos e Souza  
VVNC – [Fundo/coleção] Viscondes de Vila Nova de Cerveira

### **Fontes e bibliografia**

#### **Fontes manuscritas**

ADB, VVNC, n.ºs 5, 59  
AMPL, VVNC, 001  
AMVCT, FFG, doc. 65230D  
ANTT, Chancelaria Régia, D. Afonso VI, liv. 21; D. Maria I, livs. 37 e 47  
—, Feitos Findos, Real Fisco da Inconfidência e dos Ausentes, Casa de Ponte de Lima, cx. 478, mç. 1; cx. 479, mç. 2; cx. 480, mç. 3  
—, Místicos, liv. 2  
BA, 51–VIII–44

BGUC, Ms. 2970

BMNARQ, Ms/P/DIV, cx. 9, n.º 338; cx. 11, n.º 397; Ms/Pp/DIV., cx. 14, n.ºs 803, 806  
VNC, cx. 4, n.º 6; cx. 12, n.ºs 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 18, 19, 20; cx. 13, n.ºs 12, 17, 18, 19, 20, 30, 31, 29; cx. 14, n.ºs 6, 7, 9, 19, 36; cx. 15, n.º 1; cx. 16, n.º 87; cx. 20, n.º 1; cx. 29, n.ºs 1, 4; cx. 37, n.º 9; cx. 54, n.ºs 79, 80; cx. 59, n.º 63

#### **Fontes impressas**

“Acquisições do Museu Ethnológico Português”, in *O Archeologo Português*, vol. 15, 1910, pp. 233-247

*Documentos para a historia das cortes geraes da nação portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, vol. 5

*Gazeta de Lisboa*, n.ºs 197, 21/8/1829, p. [4]; 221, 18/9/1829, p. [4]; 262, 5/11/1829, p. [4]; n.º 297, de 16/12/1829, [4]; n.º 6, de 7/1/1830, p. [4]; n.º 293, de 11/12/1830, [4]; n.º 299, de 18/12/1830, p. [3]

*Valdevez medieval. Documentos. II. Arquivos de Lisboa 1300–1479*, ed. Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2001, vol. 2

#### **Bibliografia**

Anselmo, Artur, “Júlio de Lemos”, in *Figuras limianas*, coord. João Gomes de Abreu, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 318-319  
Arthur, Ribeiro, *A legião portuguesa ao serviço de Napoleão (1808–1813)*, Lisboa, Ferrin, 1901  
Carvalho, Hélder, “Património, casa e patrocínio: uma aproximação ao senhorio do

- infante D. Fernando (1530–1534)”, in *Fragmenta Historica*, n.º 2 (2014), pp. 39–67
- Catálogo de Manuscritos: códices 2950 a 3000, Coimbra, BGUC, 1964
- Coelho, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, in *Análise Social*, vol. 16, n.º 61–62, 1980, pp. 111-131
- Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560–1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000
- Damásio, Luís Pimenta de Castro, *vd.* Silva, Armando Malheiro da
- Duarte, Luís Miguel, “Leonel de Lima: o bando e o barco”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 1, n.º 31, 1996, pp. 371-392
- Esteves, Judite Maria Nunes, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, dissertação de doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008
- Eurico, Pedro, *Figuras do passado*, Lisboa, Editora José Bastos, 1915
- Farelo, Mário, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os ‘Nogueiras’”, in *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168
- , “Os morgados dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental”, in *Arquivos de família, séculos XIII–XX: que presente, que futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais/ Centro de História/ Caminhos Romanos, 2012, pp. 185-204
- Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, vol. 3
- Gomes, José Cândido, *As terras de Valdovês: memorias historicas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*, Arcos de Valdevez, Typ. Lusitana, 1899, vol. 1
- Guerra, Luís Figueiredo da, “Fernão Anes de Lima”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 5, 1907, pp. 266-271
- Ketelaar, Eric, “Foreword”, in *Archives & information in the Early Modern world*, ed. Liesbeth Corens, Kate Peters e Alexandra Walsham, Oxford, Oxford University Press, 2018, pp. xv-xviii
- Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais municipais de Ponte de Lima*, 3.ª ed., Ponte de Lima, Rotary Clube de Ponte de Lima, 2003
- Lopes, Filipa da Silva, *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV–XVII)*, Lisboa, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e École Nationale des Chartes, 2023
- Marques, Mário Reis, “Estruturas jurídicas”, in *O Liberalismo (1807–1890)*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, pp. 167-168
- Martins, Ana Canas Delgado, “D. João VI”, in *História dos Reis de Portugal*, Matosinhos, Quid Novi, 2011, vol. 2, pp. 452-500
- Monteiro, Nuno Gonçalves, “Revolução liberal e regime senhorial: a ‘questão dos forais’ na conjuntura vintista”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 23, 1987, pp. 143-182
- Moreira, Manuel António Fernandes, “Dom Francisco de Lima e o padroado das igrejas do Alto Minho”, in *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural do G.E.P.A.*, n.º 9 (1986), pp. 9-51
- Moreno, Humberto Baquero, “Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaiço-Minhota, 1981, pp. 259-274
- , *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, [edição do autor], 1973
- Morsel, Joseph, “En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIII<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle*, ed. Philippe Contamine e Laurent Visière, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 9-34
- Nóvoa, Rita Luís Sampaio da, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos*

- séculos XV-XVI, Lisboa, dissertação de doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016
- Oliveira, Manuel, “Pro veritate...”, in *Almanaque Ilustrado de ‘O Comércio do Lima’*, n.º 3, 1909, pp. 257-262
- “O marquês de Ponte do Lima”, in *O Echo do Lima*, ano 12, n.º 1148, 30/12/1877, p. 1
- Paiva, Maria Amélia, “A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista”, in *2.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 565-585
- Pedreira, Jorge Miguel; Costa, Fernando Dores, *D. João VI: o clemente*, Lisboa, Temas e Debates, 2009
- “Ponte de Lima (Marqueses de)”, in *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*, coord. Afonso Zúquete, Lisboa, Zairol, 1989, vol. 3, pp. 161-163
- Fernandes, José Queiroga, *vd.* Silva, Armando Malheiro da
- Rodrigues, Abel, “Manuel de Oliveira”, in *Figuras limianas*, coord. João Gomes de Abreu, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 314-315
- , *Entre o público e o privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 2007
- Rosa, Maria de Lurdes, “[Inventário dos documentos do cartório de Ponte de Lima]”, in *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*, ed. Maria de Lurdes Rosa, Randolph C. Head, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2015, pp. 122-123
- , “Reconstruindo a produção, documentação e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 30, 2017, pp. 547-586
- Silva, Armando Malheiro da; Damásio, Luís Pimenta de Castro, “Casas nobres (no Distrito de Viana do Castelo)”, in *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*, ed. José Viriato Capela, Braga: Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005, pp. [55]-[58].
- , Damásio, Luís Pimenta de Castro; Gachineiro, João Carlos, *Casas armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2019, vol. 7
- , Damásio, Luís Pimenta de Castro; Fernandes, José Queiroga, *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez: subsídios para o estudo da nobreza arcoense*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 1996, vol. 4
- Silva, Gonçalo Melo da, “Afonso Nogueira (1460-1464)”, in *Bispos e arcebispos de Lisboa*, coord. João Luís Inglês Fontes, António Camões Gouveia, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, pp. 531-541
- Silva, Gonçalo Melo da, “Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399-1464)”, in *Lusitania Sacra*, vol. 33, n.º 1, 2016, pp. 161-202
- , *Espiritualidade e poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus patronos (1298-1515)*, dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, “A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI)”, in *Paço de Giela: história de um monumento*, ed. Mário Jorge Barroca, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15-65
- , “D. Leonel de Lima”, in *Figuras limianas*, coord. João Gomes de Abreu, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 34-36